

# O pesadelo populista

José Neumann Pinto

Numa ofensiva beneficente sem precedentes na história constitucional, os 559 parlamentares brasileiros concederam, em uma semana de votações, chacotas e lágrimas, o mais generoso pacote de concessões sociais desde a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT — por Vargas. Os pais readquiriram o direito tribal pré-cabralino de descansar quando do nascimento dos filhos durante nada menos do que oito dias pela constitucionalização da covade; as mães ganharam um período de amamentação 26 dias maior; as férias foram remuneradas com um terço a mais; o direito de greve foi garantido pela letra da lei máxima; e foi assegurado aos sindicatos o monopólio absoluto de uma categoria numa determinada "base".

Parece inútil — ou, pelo menos, inócuo — argumentar que conquistas trabalhistas só são sólidas e até mesmo garantidas quando resultam da prática das lutas sindicais e não dos debates ideológicos travados nos parlamentos afastados das assembléias classistas. O argumento, apesar de óbvio e mesmo contando com o apoio de um poderoso e legítimo braço operário (o dos mais representativos sindicatos de trabalhadores da indústria privada, o dos metalúrgicos, e de empregados em estatais, o dos eletricitários, ambos em São Paulo), mostrou-se insuficiente para conter os braços e as mãos que atiraram moedas empacotadas e sandálias de borracha, como petardos, das galerias contra o plenário da Constituinte.

Resta, então, apelar para uma idéia menos óbvia, mas não menos justa: a de que todos os benefícios garantidos pela nova Constituição ao trabalhador brasileiro se tornarão letra morta à medida em que serão repassados pelas empresas aos preços dos produtos que serão consumidos pelos próprios trabalhadores beneficiados pelas medidas. De tal forma que o poder real de compra de seu salário se diluirá de forma significativa, tornando o privilégio conquistado não um alívio mas um ônus a mais a ser acrescentado em sua conta.

O raciocínio pode parecer, à primeira vista, complicado, mas, na verdade, é até bastante simples. Qualquer vantagem para alguém que viva com outros em sociedade sempre representará um ônus para os outros. Se alguém se refestela num banquete e se retira à sorrelfa, sem pôr a mão no bolso, os outros participantes do mesmo banquete que comparecerem ao caixa terão uma parte mais pesada da conta a pagar. No caso, em

última gota o cálice de fel da experiência populista evidentemente já partiram para soluções (pocotas (como a de tentar poupar e juntar dinheiro para pagar a conta, evitando comer demais, por saber que, no fim, a conta poderá ser insuportável). E o exemplo mais próximo desse tipo de maturidade está sendo dado por um país cuja imagem externa está mais próxima de um caos institucional permanente do que de um exemplo a ser adotado em matéria de preservação de recursos públicos. A verdade, contudo, é que a Bolívia hoje, sob Paz Estenssoro, não é mais a Bolívia de Melgarejo, Hugo Banzer ou Torres, muito menos a de Siles Suazo.

Os jornais, no último fim de semana, noticiaram que o governo boliviano vai queimar dinheiro. Com a violenta queda da inflação, que chegou, em setembro de 1985, a ser calculada em 23.000% (anualizada), o dinheiro (equivalente a US\$ 60 milhões) tornou-se simplesmente inútil. Depois de ter sido um item importante na pauta de importações bolivianas, o papel-moeda já não tem tanto valor no país vizinho, pelo menos como matéria-prima. Esta a razão fundamental da incineração. Na queima do dinheiro, na verdade, a Bolívia fará uma fogueira de seu próprio pesadelo populista: afinal foi em pleno delírio socialista de Siles Suazo que o país teve uma queda brutal de seu produto bruto e os mais assustadores índices inflacionários de sua história.

Paz Estenssoro, ao contrário dos 559 constituintes brasileiros, sabe que a concessão legal de benefícios ao trabalhador não os transforma em pão. Produz, no máximo, o incremento de espetáculos circenses. Por isso, ele resolveu eliminar drasticamente o déficit anual da companhia estatal de mineração na Bolívia, a Comibol, cortando 20 mil dos seus 27 mil empregados. Os 20 mil demitidos foram indenizados e entraram no mercado informal, produzindo aquele tipo de capitalismo black em que se especializou o empresário peruano Hernando de Soto, cujo livro foi lançado recentemente no Brasil. E a Comibol se tornou viável, porque enxuta.

Há evidentemente uma diferença fundamental — entre outras — entre a experiência boliviana e a crise brasileira. As medidas de choque de Paz Estenssoro não foram suficientes para desentorpecer o povo boliviano de tal forma que ele possa entender a extensão dessas medidas. Por conta disso, o governo prepara-se para sofrer um definitivo revés eleitoral quando de sua própria substi-